

DITADURA MILITAR E A REPERCUSSÃO SOBRE O CURRÍCULO OFICIAL NO BRASIL

MILITARY DICTATORSHIP AND THE REPERCUSSION ON THE OFFICIAL CURRICULUM IN BRAZIL

Vera Maria Neves SMOLENTZOV¹
Geisa Maria Batista MOTERANI²

Resumo: O sombrio período da Ditadura Militar amedrontou a sociedade, valendo-se da privação de direitos e uso excessivo da violência. A Educação esteve entre os direitos que foram mais severamente sacrificados e destruídos, além de ter sido utilizado como forma de controle ideológico, gerando um profundo prejuízo moral e intelectual à nação. Durante o período ditatorial as Universidades públicas foram atingidas por Decretos – leis que traziam consigo uma tendência uniformizada ao ensino. Neste período, visava-se garantir no continente os interesses políticos das economias capitalistas desenvolvidas do Norte. Dessa forma, a educação foi marcada com a introdução do tecnicismo, compulsória profissionalização do ensino médio e um patrulhamento ideológico feroz sobre a educação. Este trabalho busca, através de consulta bibliográfica, envolvendo pesquisas, depoimentos e materiais da época, analisar as interferências efetuadas no currículo oficial e suas conseqüências na qualidade do ensino praticado em nosso país, atualmente.

Palavras-chave: Educação no Brasil. Ditadura. Ideologia.

Abstract: The grim period of military dictatorship frightened society, drawing upon the deprivation of rights and excessive use of violence. Education was among the Which rights have been severely sacrificed and destroyed, in addition to being used as a form of ideological control, generating a profound moral and intellectual damage to the nation. During the dictatorial public universities were hit by Decree laws that brought with them a tendency standardized teaching. In this period, Aimed at Ensuring the continent the political interests of capitalist economies in the North. Thus, education was marked by the introduction of technicality, professionalization of compulsory school and fierce ideological education on patrol. This paper seeks, through bibliographic, involving research, testimonials and materials of the time, analyze the interference Carried in the official curriculum and its Consequences on the quality of education practiced in our country today.

Keywords: Education in Brazil. Dictatorship. Ideology.

O presente texto foi elaborado para fazer parte do FEA FORUM³ de 31 de março/2014, como parte das palestras, lembrando o cinquentenário do início da Ditadura Militar no Brasil em 1964.

¹ Orientadora do trabalho. Coordenadora do Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-graduação da Fundação Educacional Araçatuba/SP – FAC-FEA. Email: verasmolent@gmail.com

² Aluna do 6º. semestre do curso de Psicologia da FAC-FEA, Nutricionista, Email: geisamaria@hotmail.com

³ O FEA FORUM é um espaço político-social que tem a finalidade de fomentar debates e discussões que sejam pertinentes às necessidades da instituição e da comunidade com o intuito de promover a construção de um espaço de sociabilidade e reafirmar o compromisso social e a missão social da instituição, desde a sua criação, de oferecer um ensino da melhor qualidade com o menor preço, incluindo seu corpo discente no competitivo

“Brasil, ame-o ou deixe-o”. Esta frase que tantas vezes vi estrategicamente afixada no vidro de algum carro que passava me intrigava... A melodia "Eu te amo meu Brasil" era tocada nos rádios e entoada como um hino nas escolas. Na casa de um vizinho, num televisor preto e branco, vimos o homem pisar pela primeira vez na lua e o Brasil conquistar o tricampeonato mundial de futebol. Ouvia os adultos comentarem que os comunistas eram contra o “governo” que matavam crianças e tomavam nossas casas. Algumas informações pareciam confusas e havia tensão “no ar”. Em minha tenra idade não conseguia entender que estávamos vivendo no vergonhoso período da ditadura militar brasileira e que os Direitos Humanos ao longo daqueles vinte anos seriam espezinhados sem piedade.

O sombrio período da Ditadura Militar amedrontou a sociedade brasileira valendo-se da privação de direitos, uso excessivo de violência e censura. Dentre outros direitos, o da educação esteve entre os mais severamente sacrificados e destruídos. A força de mudança social de um país está no exercício de cidadania de seu povo, fundamentalmente embasado nos princípios do pensamento crítico, só compatível com uma educação de qualidade, capaz de exigir e fazer cumprir os direitos fundamentais do Homem. E que melhor estratégia para se formar uma massa de alienados, senão através da destruição do sistema crítico e libertador do ensino, da desmoralização de seus professores e da manipulação dos currículos escolares?

No final dos anos 50 e início dos 60, pelo menos nos centros urbanos, a rede pública de ensino de 1o. e 2o. graus absorvia a maior parte da população estudantil de sua faixa específica. Paes (2001, p. 53) enfatiza que, afora algumas escolas particulares, em geral confessionais, era consenso entre a classe média que o ensino oficial era melhor que o particular. Hoje, como resultado da política deliberada dos governos militares, a rede pública foi desestruturada e estabeleceu-se uma política de favorecimento do ensino particular. Na área universitária, continua a autora, a privatização também foi regra: em 1964, 75% do total de alunos matriculados em cursos superiores frequentavam universidades públicas, em 1984 apenas 25%. Segundo o senso do Governo Federal de 2013, a proporção de alunos vinculados a instituições de ensino superior públicas é de aproximadamente 28,6%. Como

mundo do trabalho, através de uma educação permanente e integrada do corpo docente e discente, num espaço democrático, capaz de promover ações direcionadas ao desenvolvimento econômico, político e social da região e integrando a instituição à comunidade. Os FEA-FORUNS foram constituídos como atividades acadêmicas mensais, públicas e gratuitas organizadas pelo Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, desde abril de 2005, persistindo até hoje como fóruns permanentes de debates democráticos em todas as suas instâncias, a começar pelas salas de aula, aberto e livre ao diálogo acadêmico no processo de construção democrática da cidadania, num *locus* de discussão e debates caracterizando-se pela tolerância e respeito à alteridade, reafirmando o caráter humanista na formação pedagógica da instituição.

destaca a autora, proliferaram, todavia, escolas superiores frequentadas em sua maioria por alunos das camadas de renda mais baixa, pagando altos preços por um ensino medíocre.

Durante o período ditatorial de 64 a 83 uma situação intensa de repressão e violências se abateu sobre as Universidades. A exemplo disso a Universidade de São Paulo - USP, foi invadida pelas tropas do governo, sendo a Faculdade de Filosofia (FFLCH) destruída, resultando em um prejuízo, na época, de 10 milhões de cruzeiros, aproximadamente 10 milhões de dólares. Seguindo relatos de depoentes que definiam o período como de “terror e medo”, um dos professores, Isaías Raw, recorda que “pesquisadores dedicados, respeitados pelos alunos [...] deviam ser expulsos, e ‘sua’ universidade submetida a uma limpeza geral”. (FIGUEIREDO; KOBAYASHI, 2004). O critério para o expurgo de professores não respeitava sequer a competência acadêmica, explica Fernandez (2005, p. 11) ao contrário, pessoas reconhecidas e respeitadas podiam ser sinônimos de liderança e, portanto, subversão.

Alves (1984) considera a questão da repressão nas universidades como sendo uma “estratégia psicossocial”, dentro da “operação limpeza”, que concentrou suas forças, desde antes do golpe civilmilitar, nos movimentos sociais. A autora acredita que esta foi uma das manobras militares que se estendeu à sociedade organizada e aos setores capazes de formular opinião pública ou articular outros setores como as universidades, sindicatos, ligas camponesas, movimentos católicos de trabalhadores e estudantes.

Durante os anos de 1966-7 as universidades públicas foram atingidas por decretos-leis e em 1968 também pela Lei de Reforma Universitária. As reformas incorporaram antigas reivindicações, destaca Paes (2001, p. 53) entre elas, o fim da cátedra vitalícia e a obrigação da constituição de universidade em lugar de escolas isoladas, traziam também consigo uma tendência uniformizada ao ensino, impondo o abandono de experiências diferentes e promissoras.

O obscurantismo que se revela nestes tipos de perseguições fica claro não apenas pelo prejuízo moral intelectual à nação, conforme explica Fernandez (2005, p. 12) mas também pelos prejuízos econômicos que provoca ao desenvolvimento do país, pois o desenvolvimento do conhecimento se dá pelas reflexões críticas, seja na área das ciências humanas, ou das exatas. Ainda segundo o autor, tanto a área de humanas, de que faz parte a educação, quanto às abstrações sobre a realidade que levam ao desenvolvimento das teorias, demandam pesquisas de campo que possibilitem rever ou reafirmar parâmetros já formulados. Sugere ainda que o pensamento crítico, isto é, seu caráter de “checagem”, sua potencial condição de

subversão a assertivas institucionalizadas ou não, passa a ser considerado “subversivo” no sentido de atentado a verdades estabelecidas à ordem vigente.

Os períodos ditatoriais provocam um refluxo ao desenvolvimento da capacidade crítica de um país. Isso pode ser medido pela censura ao ensino de primeiro e segundo graus. Munakata (1998, apud Fernandez 2005, p. 12), enfatiza que os livros didáticos e paradidáticos eram compreensivelmente objeto de suspeição, do mesmo modo que era suspeita, e não sem razão, toda a organização escolar consolidada pela ditadura. Em particular, não foi desprezível a luta dos educadores, historiadores e geógrafos contra o expurgo da grade curricular de História e Geografia. Tais disciplinas, pontua a autora, cederam lugar aos Estudos Sociais, incluindo Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

A Educação Moral e Cívica (EMC) foi matéria de vários documentos do Conselho Federal de Educação (CFE) numa caminhada que chegou ao seu auge quando da instituição da mesma como disciplina e prática educativa em todos os níveis de ensino, através do Decreto no. 869/69 e de sua regulamentação pelo Decreto no. 68.065/71. Zotti (2004, p. 6, 7), mostra que tal Decreto tornou a EMC disciplina obrigatória em todos os graus de ensino, mas também a manteve como prática educativa. Para o grau médio, além da EMC, deveria ser ministrada a disciplina de Organização Social e Política Brasileira – OSPB (Art. 3º. Parágrafo 1º).

Entre 1964 e 1968, a princípio sigilosamente, foram mantidos contatos entre o MEC, USAID (United States Agency for International Development) e a Aliança para o Progresso. Neste sentido Zotti(2004, p. 3-4) salienta que:

A intervenção direta dos técnicos americanos através do acordo MEC-USAID, teve como resultado a reforma universitária (Lei 5.540/68) e a reforma do ensino de 1º. e 2º. graus (Lei 5692/71). Dessa maneira, a reforma universitária surge às vésperas do AI-5, em 1968, e a reforma do ensino de 1º. e 2º. graus, em 1971. Neste período a política educacional foi uma expressão da dominação burguesa viabilizada pela ação política dos militares à serviço dos interesses econômicos que fizeram necessária a sua reformulação.

Com relação à criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, destaca Paes (2001, p. 54), pode-se dizer que a mesma foi uma versão adaptada ao ensino da Doutrina de Segurança Nacional em que a educação era concebida como um instrumento de controle ideológico. Logo após o golpe o governo militar convocou a Cruzada ABC para substituir o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e o MEB (Movimento de Educação de Base). O autor explica que a Cruzada ABC estava sediada no Recife era dirigida por missionários norte-americanos e funcionava com verbas do governo dos EUA. Com isso Paes (2001, p. 53) demonstra que:

A intenção era que não se utilizasse a alfabetização pelo método Paulo Freire, ou qualquer outro que pudesse estimular a conscientização e o pensamento crítico. A interferência dos Estados Unidos nos assuntos da educação continua a autora, expandiu-se ainda mais sob o rótulo de "cooperação técnica", cujo objetivo era reorientar as bases da educação e ainda obter quadros "técnicos". Desses contatos, resultaram 12 acordos envolvendo os ensinos primários, médio, superior, treinamento de técnicos rurais e aérea de produção de livros didáticos.

Para Cunha e Góes, (1985 p. 74 apud ZOTTI, 2004 p. 7) com este Decreto os setores militares mais extremistas alcançaram seus objetivos que foi o de oficializar e controlar a educação moral e cívica do povopara garantir a divulgação e reprodução da ideologia dominante. “O papel da nova disciplina seria preencher o “vácuo ideológico” deixado na

mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas “insinuações” materialistas e esquerdistas” apontam os autores.

De acordo com o previsto pelo Decreto o Conselho Federal de Educação (CFE) seria o responsável pela elaboração dos programas básicos com suas respectivas metodologias. Para tanto contaria com a colaboração da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e aprovação do Ministro da Educação (Art. 4º). Dessa forma, enfatiza Zotti (2004, p. 7), todo o planejamento e controle da disciplina ficariam concentrados, o que não acontecia com nenhum outro componente da matriz curricular, para que ela de fato cumprisse o objetivo para o qual fora criada. O CNMC continua a autora, tinha um papel de controle, fiscalização e censura, no sentido de garantir a “difusão adequada das bases filosóficas da moral e do civismo” da ideologia ditatorial. E complementa:

A regulamentação do Decreto no. 869/69, através do Decreto no. 68.065 de 14/01/71 atribuiu aos estabelecimentos de ensino a função de definir o número de aulas semanais, sendo que tanto a EMC como a OSPB poderiam ser computadas além do número máximo de disciplinas que a LDB/61 prevê (7 disciplinas). A disciplina de OSPB deveria articular-se e obedecer às mesmas finalidades da EMC. Segundo o parecer do Decreto, a educação moral deve visar “à decantação do Instinto Moral de um ser livre, a sua formação consciente e crítica, ao seu aperfeiçoamento, no convívio com os outros, através do crescimento humano progressivo da criança e do jovem até a idade adulta”. “A educação cívica, conforme o parecer, tem por objetivo a” formação da criança e do adolescente para a democracia”, visando a construção de uma sociedade “onde todos tenham oportunidade de uma vida humana digna e fraterna”, para que as estruturas sociais desumanas sejam substituídas por formas de convivência baseadas na “igualdade democrática”. Diz ainda o parecer, que a educação cívica deve partir e enraizar-se na realidade, e neste momento, isso significa “comprometer-se com a fase histórica de desenvolvimento do país e trabalhar para a construção de uma Pátria engrandecida”. “Uma Pátria em que haja lugar ao sol para todos, e que seja, cada dia mais, uma Democracia de homens livres, responsáveis e solidários” (ZOTTI, 2004, p. 7-8).

No entendimento dessa mesma autora, o texto do documento exhibe um discurso dissimulador das contradições presentes em nosso país, onde o mesmo chega a afirmar que “a pessoa humana está acima do Estado” e que é papel deste estar ao seu serviço. Dessa forma inclui também o questionamento de Cunha e Góes (1985, p. 77): “Que pessoa humana estava acima do Estado?” Com toda a certeza, alguns poucos estavam, “mas a maioria do povo brasileiro estava era embaixo do Estado, submetida a uma cruel ditadura que a educação moral e cívica procurava santificar, com o auxílio da religião católica tradicional”. O discurso oficial, contraditório à realidade, concluem os autores, na verdade apenas colocava em evidência a contradição fundamental dada pela estrutura da sociedade capitalista, ou seja, a sociedade de classes não permite “um lugar ao sol para todos”, muito menos é democrática, pois a medida da democracia é dada pela classe econômica e politicamente dominante.

Na publicação da Proposta Curricular de Ensino de Santa Catarina (1998) podemos observar que o período ditatorial comandado pelos governos militares (1964-1985) fez parte de um movimento de militarização dos governos latino-americanos que visava garantir no continente os interesses políticos e econômicos das economias capitalistas desenvolvidas do

Norte. Desta forma, a educação foi marcada com a introdução do tecnicismo, entendido aqui como um movimento que coloca as técnicas educacionais acima dos conteúdos curriculares, a compulsória profissionalização do ensino médio e um patrulhamento ideológico feroz sobre a educação, assim como sobre toda a sociedade, que só permitia o ensino dentro dos princípios aprovados pelo governo e pelos grupos econômicos aos quais servia.”(GOVERNO DE SANTA CATARINA, 1998).

A educação foi ainda atingida em sua própria concepção. Na Constituição de 1967, bem como no Plano Decenal do mesmo ano, o espírito era um só: a educação deveria instrumentalizar para o trabalho e o ensino superior era encarado como "um insumo econômico para o crescimento industrial". (PAES, 2005 apud DREIFUSS, 1987, p. 438).

Outra modificação efetuada no currículo escolar foi a inclusão da disciplina de Educação Física. O artigo 22, da Lei 4024/61, que tratava da obrigatoriedade da educação física e mereceu regulamentação em 31/03/66 através do Decreto no. 58.130. São várias as considerações que justificaram o decreto, afirma Zotti (2004, p. 6) entre elas: “[...] o desenvolvimento integral da personalidade do homem brasileiro; que a educação do povo brasileiro está intimamente ligada aos interesses da defesa nacional, para a qual muito contribui a prática da educação física”. No parecer da autora, a Educação Física era um meio de controle do estudante, um meio de enquadrá-lo nas regras ditatoriais, um meio de desviar as atenções e energia para o esporte e evitar a disposição à atividade política. Cunha e Góes, (1985, p. 80 apud ZOTTI 2004 p. 6) afirmam que a ideia principal da ênfase na educação física era de que o estudante cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política.

A partir do exposto é possível observar que durante o conturbado contexto político, econômico e social do período da ditadura militar houve uma forte política econômica adequada aos interesses do capital, tanto nacional quanto internacional, que acabou por gerar imensa concentração de renda impedindo a maioria da população de usufruir os benefícios que tal desenvolvimento proporcionava.

O ideário econômico na década de 1970 estava alicerçado no tripé da racionalidade, eficiência e produtividade que resultaria no máximo de resultado com o mínimo de custo. Prado (2013) explica que o intuito era o de ajustar pessoas e reorganizar o processo produtivo substituindo-se o conceito de qualificação pelo de competência, na intenção de maximizar a eficiência, tornando os indivíduos mais produtivos. A partir dessas premissas, explica a autora, é que a educação passaria a ser definida pela capacidade de oportunizar investimento no

capital humano individual que dessa forma torna-se altamente competitivo. A retomada desses princípios no Brasil e no mundo conclui a autora, ocorreria novamente por volta dos anos 1990, com a manutenção hegemônica do produtivismo (neoprodutivismo).

A partir destas reflexões conclui-se que o atual Currículo Oficial no Brasil se constituiu dentro de um contexto histórico onde predominava o poder e a violência. O conhecimento da gravidade das violações de tais direitos promovidas pelo regime Ditatorial permite o entendimento dos reflexos nos processos educacionais sofridos hoje. Relembrar as muitas atrocidades cometidas durante este período bem como suas consequências é fundamental para fazer justiça aos que vivenciaram tais violações de direitos e os que ainda hoje indiretamente padecem das consequências. O resgate histórico possibilita o questionamento e uma correlação com as situações que nos afligem no presente. Isto nos permite lançar novas luzes aos inúmeros desafios atuais.

Referências

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil**. 2 .ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1982.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais: um relato para a história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. p. 12.

CUNHA, L. A., GOES, M. de. **O golpe da educação**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.

FERNANDEZ, D. L. **Currículos das Faculdades de Educação da PUC/SP e USP: historiografias e ideologias da década de 1980**. 2005. Disponível em: <<http://dspace.universia.net/bitstream/2024/141/1/Relatrio+Final.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

FIGUEIREDO, C.; KOBAYASHI, E. M. Os Álbuns do DEOPS: segredos da ditadura militar. **Revista ADUSP**, n. 33, out. 2004.

FINANCEONE. **Histórico e cotação do dólar**. Disponível em: <www.financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar/>. Acesso em: jun. 2013.

FONSECA, B. T. da. **Reflexões Acerca da educação durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<http://monografiasbrasilecola.com/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

MUNAKATA, K. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

PRADO, M. N. do Prado. **Ditadura e currículo oficial**. Araçatuba, ago. 2013. Entrevista exclusiva.

PAES, M. H. S. **A década de 60**: rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Editora Ática, 2001. P. 53 e 54.

SILVA, G. do C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora.

ZOTTI, S. A. As Configurações do currículo oficial no Brasil no contexto da ditadura militar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3. Paraná: UNICAMP, UnC, 2004. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/213.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.